



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PORTOS
Comissão Nacional das Autoridades nos Portos – CONAPORTOS
Comitê Técnico de Modernização Portuária

COMITÊ TÉCNICO DE MODERNIZAÇÃO PORTUÁRIA

Ata da 15ª Reunião Ordinária

Dia: 09/07/2015 – **HORÁRIO:** de 09h40 às 12h10

Local: SEP (Centro Empresarial VARIG) – Mezanino – Sala de Reuniões

1. Participantes

Secretaria de Portos	<ul style="list-style-type: none">▪ Jean Paulo Castro e Silva (Titular)▪ José Alfredo de Albuquerque (Suplente)▪ Rodolfo Augusto Rocha Monteiro
Casa Civil	<ul style="list-style-type: none">▪ Eugênio Felippetto (Representante)
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	<ul style="list-style-type: none">▪ Marcos Pinto (Representante)▪ Wagner Pessoa (Representante)
Agência Nacional de Transportes Aquaviários	<ul style="list-style-type: none">▪ Carlos Leitão (Suplente)
Marinha	<ul style="list-style-type: none">▪ Paulo Spranger (Titular)
ANVISA	<ul style="list-style-type: none">▪ Teresa Castelo Branco (Representante)▪ João Gregório Júnior (Representante)
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	<ul style="list-style-type: none">▪ Marcelo Schimin (Representante)▪ João Neto (Representante)

2. Assuntos Tratados

2.1. PLANO DE TRABALHO 2015

- O Coordenador Suplente do Comitê de Modernização Portuária, José Alfredo, deu início à reunião fazendo a leitura do Plano de Trabalho 2015. Falou da necessidade de redimensionamento do Porto 24 Horas e da otimização dos processos de navegação (cabotagem, de longo curso, de anuência e entre os órgãos anuentes). Feitos o nivelamento das informações, bem como os devidos ajustes para cada atividade, passou para o próximo item da pauta.

2.2. DESBUROCRATIZAÇÃO NOS PROCESSOS DA MARINHA, NO DESPACHO DE CABOTAGEM

- *Status dos trabalhos do GT da Marinha criado para simplificação dos processos de navegação*
 - O representante da Marinha, Capitão-de-Mar-e-Guerra Spranger, informou que o Grupo de Trabalho criado na Marinha, para tratar da desburocratização dos processos de navegação, está em fase de conclusão do relatório que será entregue à diretoria da Marinha. Ao fim do trabalho, o órgão pretende, em meados de agosto de 2015, alterar a NORMAN nº 8 reduzindo de 24, para 5 documentos exigidos para a cabotagem. E de 24, para 10 documentos, no longo curso.
 - Comunicou que, devido problemas no sistema da Marinha, não foi possível extrair os tempos de anuência, a partir da do Porto Sem Papel. O fato foi encaminhado ao SERPRO e se encontra em investigação.
 - O Coordenador do GT indagou os representantes da Anvisa sobre como estão evoluindo as tratativas no órgão sobre a possibilidade de concessão de livre prática por período para navios de cabotagem, da mesma forma como já ocorre com as embarcações de apoio offshore. Os representantes da Anvisa responderam que ainda não houveram novas discussões sobre essa questão no âmbito do órgão, mas ficaram de dar andamento ao assunto. A SEP ressaltou que, no Porto Sem Papel, é possível identificar detalhadamente as embarcações de cabotagem. Foi comentado que, se essas embarcações tiverem tratamento diferenciado das de longo curso, isso também será um estímulo para que o transporte de cargas de cabotagem se dê por embarcações exclusivas para esse fim, conforme determina o regulamento.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PORTOS
Comissão Nacional das Autoridades nos Portos – CONAPORTOS
Comitê Técnico de Modernização Portuária

2.3. PORTO 24 HORAS

- **Planilha de análise dos serviços disponibilizados pelos órgãos anuentes**
 - O servidor da SEP, Rodolfo Monteiro, falou da planilha que será apresentada pelo Comitê, relacionando os serviços disponibilizados pelos órgãos anuentes, nos portos. O levantamento vai embasar a criação do questionário que será aplicado aos usuários portuários e ajudará a analisar o melhor horário de funcionamento dos órgãos anuentes para se manter o atendimento em regime de 24 horas.
 - O Coordenador do Comitê, Jean Silva, sugeriu que desse início ao esboço da planilha, uma vez que a reunião contava com a presença de representantes dos órgãos anuentes que compõem a CONAPORTOS. Jean falou, ainda, da importância em se mapear os serviços prestados, para definir qual a real necessidade de adequação nos horários de atendimento dos anuentes, sendo que a Autoridade Portuária, a Marinha e a Polícia Federal não necessitam de ajustes, pois já atuam em regime integral.

2.4. INDICADORES DE DESEMPENHO

- O servidor da SEP, Rodolfo Monteiro, apresentou os tempos de despacho da embarcação, compilados a partir do Porto Sem Papel;
- Questionado pelo representante da ANVISA quanto ao porquê de se adotar a medida dos tempos pela média e não pelo percentil, Jean explicou que isso se aplicaria caso já houvesse um benchmark pré-estabelecido. No momento é necessário levantar os índices, para daí entendê-los e, então, se pensar em um percentil;
- Respondendo o questionamento do representante do MDIC sobre em que momento tem início, no sistema, a contagem do tempo de permanência da embarcação, o representante da Marinha explicou que a contagem tem início no momento em que o Capitão do navio solicita o apoio do práctico. Só a partir da atracação é que se dá início a contagem do tempo de anuência da Autoridade Portuária;
- O representante da SEP, Otto Burlier, propôs uma reunião conjunta entre os membros do Comitê Técnico de Modernização Portuária e o Comitê Técnico de Parâmetros de Desempenho, para tratar dos parâmetros trabalhados por ambos os grupos e, então, apresentar um fluxograma com as atividades desempenhadas pelos anuentes durante a passagem do navio pelo porto;
- Complementando, Jean Silva disse que o trabalho feito no âmbito do Projeto de Modernização da Gestão Portuária (PMGP) e o feito pelo Comitê Técnico de Parâmetros de Desempenho (CTPD) se complementam, pois os indicadores propostos no PMGP medem o desempenho do processo de anuência como um todo, enquanto os indicadores propostos no CTPD medem o desempenho de cada anuente particularmente.

2.5. PORTOS SECOS

- O servidor da SEP, Rodolfo Monteiro, falou do tema de simplificação do processo de autorização de novos Portos Secos. Salientou que, como o tema envolve muitos dos órgãos que compõem a CONAPORTOS, a questão foi apresentada no comitê para que já seja de conhecimento dos Ministérios envolvidos, caso venham a ser provocados para se manifestarem a respeito do tema, as dificuldades enfrentadas pelos parlamentares em colocar na pauta do Congresso Nacional o projeto que desburocratiza a criação de novos Portos Secos. Salientou que é de suma importância que os Ministérios que compõem a CONAPORTOS se manifestem a respeito do tema;
- O representante do MDIC, Marcelo Schimin, falou que é necessário que os órgãos sejam provocados pelos principais interessados. Só após isso será possível que cada Ministério emita um comunicado oficial sobre o assunto;



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PORTOS
Comissão Nacional das Autoridades nos Portos – CONAPORTOS
Comitê Técnico de Modernização Portuária

- O Coordenador Jean Silva explicou que, apesar de alguns assuntos não fazerem parte do ~~hall~~ de discussões da CONAPORTOS, o colegiado está aberto para debater demandas vindas de outras instituições. ~~O ideal seria que o representante do Congresso Nacional provocasse a CONAPORTOS, solicitando que os órgãos se manifestem, oficialmente, sobre o assunto. O tema será levado ao conhecimento dos Secretários da SEP e, na próxima reunião, a Coordenação orientará sobre como proceder. Ficou acertado que os Ministérios envolvidos só se manifestarão oficialmente sobre o assunto se forem formalmente provocados. Como a SEP já foi provocada pela Fiesp em audiência com o Ministro, o assunto será tratado internamente na SEP e, na próxima reunião, o Departamento de Informações Portuárias da SEP informará ao comitê qual o posicionamento da Pasta sobre a questão.~~

2.6. INSPEÇÃO NÃO INVASIVA DE CONTEINERS

- O representante da Antaq, Luiz Scarduelli, lamentou a ausência do representante da Receita Federal, mas falou rapidamente sobre a exigência de scanners nos procedimentos de operação das inspeções de contêineres em trânsito aduaneiro. Procedimento adotado mediante portaria das superintendências nos portos, que tem gerado custos, já que nos terminais alfandegados o serviço é cobrado.

2.7. OUTROS ASSUNTOS

- O Coordenador Jean Silva informou que encerra em dezembro de 2015 a lei que instituiu o Reporto – regime tributário especial que incentiva o investimento na aquisição de equipamentos para a operação portuária. Solicitou que os demais membros do Comitê acompanhem junto aos seus respectivos órgãos, no intuito de agilizar o processo, quando forem provocados a respeito do assunto.

3. Deliberações

RESPONS.	AÇÃO	PRAZO
SEP	A SEP encaminhará, aos órgãos anuentes, os indicadores de desempenho proposto no PMGP, pela consultoria Deloitte, para contribuição dos órgãos.	10/07
SEP	A SEP encaminhará planilha estruturada, com exemplos de preenchimento, a ser preenchido pelos órgãos anuentes e devolvida à SEP, com a relação de serviços disponibilizados nos portos às cargas e às embarcações.	10/07
ANUENTES	Os Anuentes encaminharão à SEP as contribuições aos indicadores de desempenho, propostos no PMGP, apresentados na reunião do dia 09/07 e encaminhados posteriormente	16/07
ANUENTES	Os Anuentes encaminharão à SEP a planilha de serviços prestados à carga e à embarcação, devidamente preenchida, conforme estrutura apresentada na reunião do dia 09/07 e enviada posteriormente	30/07

Brasília, 09 de julho de 2015.